

## Opinião

Joanes Machado da Rosa,  
presidente do Sintergs

### PL 44: Privatização dos serviços públicos

*Sob o pretexto de que o Estado do Rio Grande do Sul não possui legislação que permita a qualificação de entidades como organizações sociais, tramita na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 44, que tem a finalidade de privatizar serviços públicos indispensáveis à população. Esses serviços seriam transferidos às chamadas Organizações Sociais, denominadas popularmente de OS, que incorporariam, praticamente, todos os serviços públicos, com exceção da segurança. As Fundações, como por exemplo a FEPPS e a Fundação Zoobotânica, que em razão da forte reação dos sindicatos de servidores públicos, especialmente do SINTERGS, juntamente com a sociedade, ainda não foram privatizadas, por este PL 44 passam a ter o instrumento apropriado para a sua privatização.*

*Essas entidades, para se qualificarem, teriam como requisitos a comprovação do seu ato constitutivo formal como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à gestão, proteção e preservação do meio ambiente, à ação social, ao esporte, à saúde e à cultura, atendidos os requisitos previstos nesta lei. Permite a estas organizações, além de receberem o patrimônio público e recursos públicos, se utilizarem de servidores do Estado para desenvolverem suas tarefas, alterando de forma substancial a relação de trabalho prevista no Estatuto do Funcionário Público.*

*Convém salientar que o projeto de lei não trata com clareza sobre o tema da fiscalização do contrato de gestão, abrindo brechas para uma autonomia total da execução das atividades das OS.*

*Essa forma de agir, demonstra, mais uma vez que o governo Sartori e sua base aliada vieram para pôr em prática o desmonte total do estado. O conjunto de leis aprovadas no ano passado e os projetos de leis em gestação ou em tramitação na Assembleia Legislativa comprovam a intenção do governo em precarizar os serviços públicos, jogando a opinião pública contra os servidores ao atribuir a estes a crise financeira do estado, dar o checkmate no Estado.*

*Este é um momento crucial. Os servidores têm a obrigação de se unir aos seus sindicatos para reforçarem a resistência a estes projetos de privatização dos serviços públicos. Temos também o dever de esclarecer a população e chamá-la para fazer parte deste grande movimento em defesa da cidadania.*

## Em encontro na Assembleia Legislativa, servidores pressionam Piratini e pedem retirada do PL que trata da atuação de organizações sociais no serviço público

O Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa ficou lotado na tarde desta segunda-feira (30/05), em sua maioria por servidores públicos e estudantes, durante a audiência pública com o tema "O desmonte do serviço público", realizada pela Comissão de Segurança e Serviços Públicos da ALrs e pela Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público.

Os servidores exigem a retirada do PL 44/2016, de autoria do Governo do Estado. O projeto, que está na Comissão de Constituição e Justiça, permite que o governo qualifique como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à gestão, ao meio ambiente, à ação social, ao esporte, à saúde e à cultura.

O projeto, na verdade, em sua essência, precariza as funções públicas e abre as portas para a privatização de áreas consideradas essenciais.



Representando o Sintergs, servidora Cláudia Magnus salientou que sucessivos governos têm precarizado as condições de trabalho

Em sua manifestação, representando o Sintergs, a servidora Cláudia Magnus salientou que sucessivos governos têm precarizado as condições de trabalho dos servidores públicos e que uma das consequências é o adoecimento dos trabalhadores. Destacou ainda que a saúde física e psíquica dos servidores tem sido atacada com precarizações, terceirizações, quarteirizações e desmandos.

"Estamos aqui hoje para lutar pelo nosso trabalho. Pelo nosso trabalho que queremos e sabemos fazer e que querem nos tirar. E a saída é essa aqui. Pelo coletivo, com todos unidos", destacou Cláudia.

### Carta ao governo

Por mais de duas horas, representantes dos servidores e deputados se revezaram na tribuna para pedir a retirada da proposta do Parlamento. No final do encontro, os participantes aprovaram uma carta para o governo do Estado, reafirmando as críticas e pedindo a retirada do projeto da Casa.

## Sintergs cobra respostas do Piratini em relação a demandas apresentadas pela entidade

A direção do Sintergs cobrou do Secretário Chefe da Casa Civil, Márcio Biolchi, uma posição em relação às demandas apresentadas pela entidade desde o início do ano. A reunião ocorreu na quinta-feira (02/06). Na pauta da reunião estavam as demandas da categoria como a reestruturação da rede de coordenadorias da saúde e o problema do registro do ponto eletrônico.

No início de fevereiro deste ano, uma reunião foi realizada com o Chefe da Casa Civil e com técnicos da SMARH. Durante o encontro, um ofício foi entregue, dando conta dos problemas identificados no registro do ponto eletrônico, tais como a dificuldade de comprovação do ponto registrado e da uniformidade dos critérios quando da hipótese da existência do banco de horas. Os representantes da SMARH presentes na reunião admitiram que há problemas a serem resolvidos, tendo em vista que

o sistema de registro biométrico começou a ser implantado recentemente.

A direção do Sintergs também cobrou uma posição no que se refere às propostas com baixo ou sem impacto financeiro apresentadas para o Governo do Estado. O objetivo é reduzir as perdas das categorias representadas pelo Sintergs e os encaminhamentos que podem ser concretizados.

Com a direção do Sintergs o secretário Biolchi comprometeu-se em dar uma resposta até o fim do mês de junho. O Sintergs também cobrou e reforçou a necessidade de otimização de recursos quanto ao uso das instalações da coordenadoria da saúde de



Direção do Sintergs foi recebida pelo Secretário-chefe da Casa Civil

Santo Angelo, a qual, no entendimento do sindicato, poderia ser em um prédio desocupado e ocioso de uma agência do Bannersul daquela cidade, que está há anos abandonado, no centro do município.

## Associado do Sintergs que se recadastrou concorre a prêmio

O associado do Sintergs que não se recadastrou ainda tem tempo para fazê-lo e concorrer à premiação. O Sintergs está enviando pelo correio aos seus associados uma nova ficha cadastral para preenchimento de seus dados, com respectivo envelope selado para devolução gratuita ao Sintergs. Junto, há um cupom para ser preenchido como forma de concorrer ao sorteio que será feito entre os associados que se recadastrarem. O recadastramento justifica-se em face da implantação de um novo sistema que permitirá um contato mais ágil e eficiente, tanto na comunicação quanto na agilização para o ingresso de possíveis ações judiciais a favor das nossas categorias. Em fase adiantada de implantação, este novo cadastro assegurará, também, maior segurança em relação aos dados fornecidos. Para isso, o Sintergs solicita que preencham a ficha cadastral e a devolvam com maior brevidade possível. Será sorteada uma TV LED FULL HD de 42" entre aqueles associados que tiverem suas fichas e cupons recebidos pelo sindicato até o dia 27 de julho de 2016.

## Servidores fazem “apitação” no Centro Administrativo

Mais uma mobilização dos servidores ocorreu na terça-feira (31/05), em frente ao Centro Administrativo. Durante o intervalo do almoço, um “apitação” chamou atenção em relação aos ataques do Governo José Ivo Sartori contra os servidores. O objetivo principal foi protestar contra o atraso dos salários dos servidores públicos, falta de reajuste e de condições de trabalho.



## Sindicalistas unem-se e cobram reajuste emergencial do Governo do Estado

Representantes das entidades que formam o Fórum de Servidores reuniram-se na sexta-feira (20/05) para debater o cenário político, financeiro e dos servidores estaduais. Cada entidade expôs sua pauta individual. A partir daí, um documento único com as demandas conjuntas da categoria foi entregue ao Governo do Estado.

O Fórum de Servidores - formado pelo Sintergs, Sindicaixa, Sindispge, Sindsepe-RS, Afagro e Seasop - reivindica reajuste emergencial para os servidores do executivo, fim do parcelamento de salários e a manutenção dos direitos adquiridos.

As categorias ainda aprovaram uma moção de solidariedade aos servidores da Educação, que entraram em greve na sexta-feira (13/05).

### Casa Civil

Uma pauta conjunta formatada no âmbito do Fórum de Servidores - formado pelo Sintergs, Sindicaixa, Sindispge, Sindsepe-RS, Afagro e Seasop - foi entregue ao secretário Márcio Biolchi, Chefe da Casa

Civil. As entidades destacaram a necessidade de um diálogo com os servidores, tão afetados pelo parcelamento de salários, falta de reajustes e promoções. Salientaram, ainda, o caráter propositivo da pauta, que aponta soluções e medidas de enfrentamento à crise do Estado.

### Roteiro pelo interior

Ainda dentro das atividades do Fórum de Servidores, haverá um roteiro pelo interior do Rio Grande do Sul. O objetivo é circular pelo interior do Estado, fazendo reuniões com núcleos e associados. Serão visitadas as cidades de Alegrete, Ijuí, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria.

No dia 24 de junho, acontecerá uma plenária entre os dirigentes sindicais, quando serão discutidas estratégias de mobiliza-



ção e pressão sobre o Governo do Estado, além de buscar estabelecer uma pauta de mobilização unificada.